



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal

ATA - SEE/CAE

ATA 223ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAEDF - NOVEMBRO 2023

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às 14h45, por meio de videoconferência, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Roberto Ferreira Dias, foi realizada a **223ª Reunião Ordinária do Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal - CAE/DF**, que teve como pauta: **1 - Apresentação dos documentos: ofícios enviados e recebidos; 2 - Fiscalizações nas Escolas; 3 – Denúncias recebidas (larvas na merenda escolar); 4 – Fala do Deputado Chico Vigilante – “Ataque à merenda escolar do DF: a verdade por detrás da falsa denúncia”, publicada nas redes sociais do Deputado; 5 – Preenchimento dos Formulários de Fiscalizações e 6 – Outros assuntos que os Conselheiros trouxeram para o debate e Encaminhamentos Gerais. Estiveram presentes os(as) Conselheiros(as): Adriana Cruz Vaz (Sociedade Civil - ACELBRA-DF); Paulo Roberto Ferreira da Silva (Sociedade Civil - ACELBRA-DF); Karla Lustosa de Mello Carvalho (Sociedade Civil - OSB-DF); Kleber Ribeiro dos Santos (DANMS); Ivan Engler (Sociedade Civil – Agricultura Familiar); Thiago Ferreira Dias (Pais de Alunos – ASPA); Denivaldo Alves do Nascimento (SAE/DF); Samuel Fernandes da Silva (SINPRO-DF). Justificaram a ausência os Conselheiros: Paloma Cruz Porto (Poder Executivo – SEDF); Lucelita Santos Reis (Pais de Alunos - ASPA); Moacyr Francisco Mourão (Pais de Alunos - ASPA); Cristiane Machado Rodrigues (Pais de Alunos - ASPA); Roberto Mota Campanato (Pais de Alunos - ASPA); Ricardo Gama (SINPRO-DF). Faltaram sem apresentar justificativa: Antônia da Costa Souza (SAE-DF); Diana Oliveira Câmara (Pais de Alunos - ASPA); Rosimeire de Oliveira Souza Cavalcanti (DANMS); Rogério Batista Seixas (Poder Executivo – SEEDF). O Presidente Paulo Roberto Ferreira da Silva cumprimentou a todos e iniciou a presente reunião informando que as pautas são postadas anteriormente, mas que até mesmo na hora ou até durante a reunião, os conselheiros podem trazer outros assuntos, podem agregar outros temas. Assim, o Presidente leu a pauta e passou a palavra para a Secretária Executiva, Cleide Cortez Cirilo, que apresentou os assuntos dos Ofícios enviados e recebidos: **Item 1 da pauta: ofícios enviados e recebidos:** relatando acerca dos seguintes Ofícios: **Ofício nº 137/2023 – Solicitação dos documentos dos indicados da SUAPE para compor o CAE/DF:** Aguardando resposta. **Ofício nº 138/2023 – Solicita à DANMS informações sobre a renúncia de conselheiros e a indicação de novos membros para compor o CAE/DF:** Aguardando resposta. **Ofício nº 139/2023 – Solicita ao CRN-1 informações sobre renúncia e indicação de novos membros para compor o CAE/DF:** Aguardando resposta. **Ofício nº 141/2023 – Solicita à ASPA/DF a retificação do Ofício nº 33/2023 ASPA/DF e o envio dos documentos dos novos indicados para compor o CAE/DF:** Aguardando resposta. **Ofício nº 142/2023 - Para: MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA - Procurador da Quarta Procuradoria do Ministério Público de Cotas do DF. Assunto: Resposta ao Ofício nº 83/2023 - MPC/4P: Relatórios de visitas exercícios 2022/2023 do Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal:** O CAE/DF respondeu encaminhando as documentações solicitadas e aguarda nova manifestação. **Ofício nº 143/2023 – Solicita à SEEDF informações sobre a aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar no ano de 2023:** A SEEDF respondeu, resumidamente, que com o encerramento do período de vigência dos contratos da Agricultura Familiar em 31/08/2023, atrelado a não formalização de novos contratos, ocasionou a indisponibilidade parcial de frutas e hortaliças e que os cardápios retificados e as alterações no planejamento foram amplamente comunicadas a todos os nutricionistas do quadro técnico e a todos os chefes de UNIAEs.**

Informou que logo após o encerramento da greve, em 12 de outubro, todos os contratos da Agricultura Familiar foram formalizados e as entregas de todos os gêneros frutas e verduras retomaram ao curso normal. **Ofício nº 144/2023 – Solicita à SEEDF o desbloqueio do uso do TáxiGov para o Conselheiro Thiago Ferreira Dias** A SEEDF respondeu que a solicitação foi atendida e que as informações foram encaminhadas para a SEPLAD. **Ofício nº 145/2023 – Informa ao Gabinete da SEEDF sobre as vitorias do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil na EC 59 de Ceilândia** O Gabinete encaminhou este ofício para a SIAE/SEE e ainda aguarda resposta. **Ofício nº 146/2023 – Informa ao FNDE e demais órgãos de controle sobre a resposta apresentada pelo CAE/DF ao Ministério Público de Contas DF sobre as fiscalizações realizadas em 2022 e 2023**:Aguardamos posicionamento. **Ofício nº 147/2023 – Trata sobre as irregularidades no CEF 04 de Ceilândia**:Aguardando resposta. **Ofício nº 148/2023 – Trata sobre as entregas de Arroz e Macarrão para 6ª Distribuição de 2023**:O Gabinete da SEEDF encaminhou os autos à GPAE/SUAPE E DIAE/SUAPE para conhecimento e providências. **Ofício nº 149/2023 – Encaminha à PROEDUC os Relatórios de visitas exercícios 2022/2023 do Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal para conhecimento e providências**:Aguardando pronunciamento. **Ofício nº 150/2023 – Informa à SEEDF sobre as irregularidades no CEF 306 Norte**:A DIAE encaminhou à UNIAE do Plano Piloto para pronunciamento no que couber e aguardamos resposta. **Ofício nº 152/2023 – Apresenta à SEEDF as irregularidades no CED 01 do Itapoã** – A SEEDF respondeu que a DIAE tomou conhecimento do fato e suspendeu a entrega do arroz nas escolas, notificou a empresa solicitando o recolhimento e a substituição de todo o lote de arroz impróprio entregue nas unidades escolares e orientou a equipe do almoxarifado central que separassem todo o lote impróprio que estava armazenado no depósito para o posterior recolhimento e troca pelo fornecedor. Informou que não há que se falar em suspensão do consumo de arroz uma vez que, o fornecedor já havia sido notificado das irregularidades e as escolas já haviam retirado todo o estoque do alimento impróprio dos estoques. **Ofício nº 153/2023 – Trata-se da resposta ao Ofício Nº 126 - SEE/DIAE sobre a fiscalização ao CEF 04 de Ceilândia**: O Gabinete recebeu e encaminhou para a DIAE e o Conselho aguarda o pronunciamento. **Ofício nº 154/2023 – Informa à SEEDF sobre a Fiscalização no Depósito Central**:A DIAE encaminhou para a GCONAE, Gerência de Contas e Controle, para ciência e eventuais esclarecimentos sobre as inconformidades apontadas pelo CAE/DF. O Conselho ainda aguarda resposta. **Ofício nº 155/2023 – Informa sobre a fiscalização do Centro de Ensino Fundamental 02 do Guará**:A DIAE encaminhou para a GCONAE, Gerência de Contas e Controle, para ciência e eventuais esclarecimentos. Aguardando resposta. **Ofício nº 156/2023 – Enviado ao FNDE, com vistas à CRN1, TCDF, MPDFT (PROEDUC), TCU, CGU e PGN** **Ofício nº 157 – Informa sobre a tentativa de intimidação ao Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal CAE/DF pela atual Diretora de Alimentação Escolar do DF - JULIENE DE JESUS MOURA**. CAE aguarda a resposta. **Ofício Nº 157 – Informa sobre as irregularidades no Centro de Ensino Fundamental 12 de Taguatinga**: A DIAE encaminhou para a GCONAE e solicitou informações sobre o recebimento dessa notificação e sobre a existência de arroz impróprio para o consumo e sobre as providências tomadas em relação à substituição desse gênero, porém, a GCONAE ainda não se manifestou. **Ofício Nº 158 - Fiscalização no Centro de Ensino Médio 02 do Gama**:A DIAE encaminhou para a UNIAE do Gama solicitando informações quanto às providências adotadas em relação ao ocorrido. A UNIAE do Gama ainda não se manifestou. **Ofício Nº 159 – Informa à SEEDF sobre a fiscalização no CEMI - Centro de Ensino Médio Integrado do Cruzeiro** A DIAE encaminhou para a UNIAE do Plano Piloto solicitando informações e esclarecimentos. Aguardando resposta. **Ofício Nº 160 – Informa à SEEDF sobre a fiscalização no Centro de Ensino Fundamental 15 de Taguatinga**: A UNIAG de Taguatinga informou que as demandas relacionadas aos reparos na estrutura foram adicionadas no plano de manutenção de 2024. **Ofício Nº 161 – Informa à SEEDF sobre a fiscalização no Centro de Ensino Fundamental 05 de Brasília**:A DIAE encaminhou para a UNIAE do Plano Piloto para ciência e pronunciamento no que couber, mas a UNIAE do Plano ainda não se manifestou. E o último ofício encaminhado nesse período foi o **Ofício Nº 162 – Informa à SEEDF sobre a fiscalização na Escola Classe 01 do Itapoã** Aguardando resposta. A Secretária Executiva encerrou a leitura e o Presidente Paulo Roberto ressaltou que, pela quantidade de ofícios, os demais podem perceber que foi um período de bastante trabalho;

perguntou se alguém queria se pronunciar e como ninguém pediu a palavra o Presidente Paulo Roberto passou para o **item 2 - Fiscalizações nas Escolas**: O Presidente Paulo Roberto iniciou informando a quantidade de fiscalizações realizadas por cada conselheiro o que totalizou 77 fiscalizações realizadas das 250 previstas para esse ano. Contudo, o Presidente Paulo Roberto reforçou que ainda tem vários conselheiros que não fizeram nenhuma fiscalização e que é necessário que todos fiscalizem que vão às escolas. Ressaltou o momento turbulento que estão passando diante de denúncias de falta dos alimentos da Agricultura Familiar e também do arroz, sobre o qual receberam denúncias de alunos, de escolas e das redes jornalísticas da cidade. Assim, o Presidente Paulo Roberto pediu novamente que todos realizem fiscalizações, citou que foram feitas alterações nos formulários para que possam relatar sobre o arroz, é um formulário específico para verificarem a qualidade do arroz servido nas escolas. Em seguida, o Presidente Paulo Roberto iniciou o **item 3 - Denúncias recebidas (larvas na merenda escolar)**: O mesmo pontuou que várias escolas serviram arroz com larvas e carunchos e que, ao visitarem os depósitos escolares, foi confirmado que realmente havia a presença de larvas e carunchos no arroz estocado nas escolas. Informou, também, que após receber inúmeras denúncias o CAE visitou o Depósito Central e que durante a visita os conselheiros verificaram que havia toneladas de arroz fora do Depósito; eles seguiram com a fiscalização, mas até então não sabiam o quê de fato estava acontecendo. Só depois o funcionário do local relatou que a SEEDF havia informado que todo aquele arroz seria substituído, porque tinha apresentado problemas. Não informou qual. Contudo, fato era que naquele dia todo o arroz estava sendo retirado do depósito por estar contaminado. O fato de o depósito estar sendo dedetizado com o estoque dentro chamou a atenção dos conselheiros, eles não sabiam o tipo do produto usado, mas o Presidente Paulo Roberto disse que estava sendo dedetizado por causa do arroz que estava com larvas e carunchos porque, como sabem, as larvas e os carunchos saem do pacote e contaminam os outros alimentos, como ocorreu no CEMI do Cruzeiro onde as larvas apareceram também na canjica e no cuscuz. O Presidente Paulo Roberto seguiu relatando que com o fato dessas denúncias terem saído nas mídias e nos jornais locais o CAE/DF recebeu uma retaliação muito grande por parte da Secretaria de Educação porque acham que os conselheiros é que estavam fazendo as denúncias, quando na verdade as denúncias partiram dos próprios alunos porque, até então, o Conselho nem sabia o que estava acontecendo quando se depararam com a denúncia veiculada, com a reportagem do CED 01 onde os alunos filmaram o arroz contendo larvas, o que todos devem ter acompanhado pelas mídias, e que depois surgiram denúncias no CEM 02 do Gama, também feita por alunos, e que daí pra frente foi que o Conselho passou a realizar as fiscalizações para constatarem essas denúncias e que realmente elas foram comprovadas porque ao irem às escolas os conselheiros verificaram que o arroz estava contaminado. O Presidente Paulo Roberto destacou que o CAE/DF não recebeu nenhum comunicado da SEEDF informando que havia problemas com o arroz, ou seja, eles retiraram o arroz do Depósito e esse arroz já estava nas escolas, assim a primeira coisa que a SEEDF deveria ter feito era mandar recolher todo esse arroz das escolas e orientar aos responsáveis que não servissem desse arroz para os alunos, e isso não aconteceu. O Presidente Paulo Roberto resumiu, “fato esse, é que o arroz que estava nas escolas estava contaminado e foi servido aos alunos que terminaram comendo desse arroz, eles viram as larvas presentes nos pratos”. O Presidente Paulo Roberto seguiu dizendo que a própria SEEDF não gostou e acha que era o CAE/DF fazendo as denúncias, quando não era. Tudo começou no CED 01 e depois foram aparecendo as outras escolas e a mídia foi atrás, disse que ele mesmo deu entrevista por ter sido procurado pelas emissoras. O Presidente Paulo Roberto relatou que ele realizou uma fiscalização no CED 01 do Itapoã, onde constatou o arroz contaminado e informou que, posteriormente, retornou a essa escola e as merendeiras relataram que a SEEDF estava responsabilizando as mesmas por terem servido o arroz contaminado e que iam remanejar os merendeiros daquela escola. O Presidente Paulo Roberto então falou sobre isso na mídia afirmando que a responsabilidade é da Secretaria de Educação porque verificou que o arroz tinha problema e não informou às escolas para que retirassem o alimento das cozinhas. Disse que o fato o deixou indignado, porque as merendeiras iam ser remanejadas, as mesmas estavam chorando com medo de serem demitidas “porque a culpa estava sendo colocada na conta delas”. Nesse momento o

Presidente passou a palavra para o conselheiro Thiago Ferreira Dias, que relembrou que o CEF 12 de Taguatinga comunicou à SEEDF no primeiro dia que recebeu o arroz, no dia 07, sobre a presença de caruncho no arroz. Então, a partir desse dia ela já poderia ter enviado uma Circular para as escolas comunicando-as sobre a situação. Sobre as merendeiras, o Conselheiro Thiago disse ter tido informações de que fizeram reunião com os diretores do Paranoá para retirar as merendeiras das escolas que tiveram problemas, porém, os diretores disseram que se retirassem as merendeiras eles fariam um protesto contra essa situação. O Conselheiro Thiago ainda esclareceu que informou ao Ministério Público sobre a situação das merendeiras e solicitou que resguardem as condições trabalhistas delas, pois isso não pode acontecer de colocar a culpa nelas e as retirarem do local de trabalho. Com a palavra, o Presidente Paulo Roberto reforçou que as merendeiras não podem ser responsabilizadas pelo fato ocorrido em relação ao arroz contaminado, o mesmo afirmou que repudia essa situação e que o CAE/DF e a direção das escolas não podem aceitar. O Conselheiro Denivaldo solicitou a palavra e, após parabenizar os demais conselheiros pelas fiscalizações realizadas e elogiar o trabalho realizado pelo CAE/DF, relatou que o Conselho deve ter certo cuidado tanto ao receber a denúncia quanto ao fazer a denúncia. Continuou pontuando que hoje tem merendeiras da carreira assistência e tem as terceirizadas e que ele como sindicalista defende os trabalhadores no sentido do profissionalismo deles e que na questão dessas denúncias, realmente repercutiu para as merendeiras. Informou que nessas empresas prestadoras de serviços tem a problemática de eles terem uma rotatividade muito grande, então, qualquer denúncia que porventura atinja a profissional lá na escola ela é penalizada e pelo visto foi o que aconteceu. O Conselheiro Denivaldo prosseguiu dizendo que os conselheiros precisam ver a questão das fiscalizações por alguns ângulos e que, a partir das fiscalizações realizadas pelos demais, ele queria saber se as condições dos depósitos das escolas favorecem a contaminação dos alimentos. Quer saber por que é preciso avaliar se o arroz já veio do Depósito Central da SEEDF com esse problema, contaminado ou se ao chegar às escolas houve o mal armazenamento. Ponderou que todos sabem que as escolas estão com as estruturas muito debilitadas, que existem as escolas que receberam verbas parlamentares e de PDAF e realizaram reformas nas cozinhas e depósitos, e nessas é aonde pode-se encontrar uma alimentação de excelente qualidade e bem armazenada, mas que tem as escolas que ainda são precárias. Então, o Conselheiro Denivaldo disse que eles precisam levantar essas questões e junto com isso chamar a Secretária de Educação para uma reunião do Conselho para ela dar essas explicações, ou chamar a responsável geral pela alimentação escolar, que faz essa distribuição, para mostrar como está sendo operacionalizado esse sistema, porque o problema tem que partir de alguém, ele “não sabe se do meio, de baixo ou da ponta”, então a SEEDF tem obrigação de dar essa explicação. O Conselheiro Denivaldo ponderou, ainda, que os conselheiros não podem eleger uma escola onde o gestor não cuida bem da alimentação e do armazenamento, deixando que tudo isso aconteça e depois pegarem essa uma duas ou três escolas e usar como referência. Que não podem desmoralizar as outras escolas, os outros servidores da educação e terceirizados que estejam fazendo um trabalho de excelência. Finalizou dizendo que tem escola que realiza um trabalho de excelência e que eles não podem pegar, uma ou duas pra Cristo e generalizar. Afirmou perceber que é necessário fazer essa análise, essa distinção para não se generalizar e sair culpando todo mundo, o Conselheiro Denivaldo disse que eles precisam verificar de onde está partindo o problema e verificar as condições de armazenamento nas escolas. Por fim, afirmou que os conselheiros têm a obrigação de receber as denúncias, mas que precisam analisar tudo isso com certo zelo, senão acaba acontecendo o que aconteceu com as merendeiras lá do Paranoá, que foram penalizadas por isso. Em seguida, com a palavra o Conselheiro Ivan Engler, representante da Agricultura Familiar, afirmou que “caruncho não nasce dentro das escolas, isso já vem no produto”. É na armazenagem antes do beneficiamento que já foi colocado o ovo da larva e só durante o processo que nasceu o caruncho e chegou na larva, mas isso já estava dentro do pacote do arroz antes de ser colocado no depósito. O Conselheiro Ivan ponderou, também, que o tratamento oferecido às empresas é diferenciado dentre elas e a Agricultura Familiar. Disse que quando os agricultores entregam no depósito os produtos são analisados criteriosamente, olham pacote por pacote, checam os laudos e que para realizar as entregas lá é bem

trabalhoso, no entanto, o arroz com caruncho entrou. O Conselheiro Ivan lembrou que em outro tempo o produto que sempre era denunciado por apresentar caruncho era o feijão e, no entanto, não é mais porque o feijão entregue agora é produzido pela Agricultura Familiar aqui do Distrito Federal, o Conselheiro Ivan informou que já tem mais de meio ano que o feijão não apresenta mais problemas. Informou também que a partir de março os agricultores familiares fornecerão também o arroz e que a SEEDF não terá mais denúncias de merenda fora dos padrões. Em relação à dedetização feita no depósito central, o Conselheiro Ivan explicou detalhadamente sobre o processo como é feito, qual produto é utilizado e informou que isso pode ser feito sem tirar os alimentos, mas que tem a forma correta para ser realizado e que se os demais conselheiros quiserem, ele disponibiliza a bula. O Conselheiro Ivan ponderou, ainda, sobre as respostas dadas pela SEEDF aos ofícios enviados, citou como exemplo: “falta parcial de frutas e hortaliças”, o mesmo disse que quando faltam 99,9% das hortaliças não é falta parcial, é quase total. Afirmou que responderam isso quando “só tinha batata e, então cadê a alface, cadê o tomate, o espinafre, cadê toda a composição que as nutricionistas tanto calculam”? O Conselheiro perguntou, então, se a batata substituiu tudo, se ela virou o coringa, serve para tudo e possui todas as proteínas, os aminoácidos etc. O Conselheiro Ivan informou que a alimentação escolar ficou 75 dias sem o fornecimento da Agricultura Familiar, que no dia 21 de agosto encerrou a última entrega e só no dia 06 de novembro foi quando todas as cooperativas tinham contratos assinados e que, então, só entregaram até a última semana de novembro. O Conselheiro Ivan finalizou informando que o quantitativo entregue pelos agricultores tem diminuído muito, o que antes entregavam cerca de 20 toneladas, hoje entregam 07 e que a repetição das verduras nos cardápios tem sido muito pouca, quase insignificante disse que ele mesmo acha que essa *per capita* está um pouco fora dos padrões para atender as exigências da alimentação escolar. Nesse momento o Presidente Paulo Roberto passou a palavra ao conselheiro Thiago, que relatou que como algumas pessoas falam que os conselheiros não são técnicos, ele solicitou uma ajuda técnica da área de Nutrição ao CRN-1 para avaliar os cardápios. O mesmo também deixou em pauta que todas as denúncias recebidas pelo CAE/DF partiram de alunos, de alguns diretores e pais que alertaram sobre o que estava acontecendo, inclusive no depósito central; que informaram que já estavam recolhendo o arroz e os conselheiros foram fazer essa fiscalização na mesma hora. O Conselheiro Thiago disse achar que fiscalização é isso, no momento em que eles recebem as denúncias eles procuram atender o mais rápido possível para que possam conseguir registrar o fato, e foi isso o que eles conseguiram fazer no depósito central. Ou seja, constataram, no exato momento, o recolhimento do arroz. Mencionou que há notícias de que a SEEDF está dizendo que o lote recolhido foi o lote 210 e que eles constataram o lote 270 sendo recolhido. O Conselheiro Thiago ponderou que eles não estão falando das questões estruturais das escolas e depósitos, e sim que constataram que o arroz estava impróprio para o consumo e foi entregue nas escolas, infelizmente. Ressaltou que, durante a fiscalização do arroz que foi entregue, constatou-se que uma parte já era da 6ª Distribuição outra da anterior. O Conselheiro Thiago ressaltou que a culpa não é das merendeiras ou dos diretores, a culpa é da gestão que não teve uma fiscalização própria da SEEDF na entrega desse arroz e isso vai ser comprovado. O Conselheiro finalizou parabenizando aos demais pelo trabalho que vem sendo realizado. Então, o Presidente Paulo Roberto passou a palavra ao Conselheiro Samuel Fernandes, que iniciou explicando sobre as fiscalizações. Samuel informou em especial ao Conselheiro Denivaldo, que quando vão fazer as fiscalizações, principalmente quando há alguma denúncia, em momento nenhum o Conselho de Alimentação Escolar coloca a culpa nas merendeiras; disse que a função dos conselheiros é ir diretamente à escola, fiscalizar a situação do local onde estão armazenados os alimentos, que é a cozinha e o depósito e verificar os alimentos, aqui especificamente a questão do arroz. O Conselheiro Samuel disse que ele mesmo esteve presente em algumas escolas que tiveram problemas com o arroz, onde foram encontradas larvas, e na questão do armazenamento a escola não é responsável porque ela já recebeu o arroz nessas condições. O Conselheiro Samuel, então, perguntou: como é que a SEEDF pode culpar e já condenar? Afirmou que a SEEDF quer encontrar um culpado; disse que as merendeiras que foram afastadas lá no Itapoã deveriam ser readmitidas imediatamente porque como é que a SEEDF vai colocar a culpa nas merendeiras sendo que o arroz já veio do próprio depósito, como

constatado na fiscalização do depósito central, onde mais de 12 toneladas de arroz foram recolhidos porque estavam impróprios para o consumo. O Conselheiro reforçou que não foram casos isolados e que se existe problema de armazenamento nas escolas a responsabilidade não é das escolas, também não é das merendeiras, a responsabilidade é mais uma vez do Governo do DF que não faz as adaptações, que não faz as reformas necessárias para que as escolas tenham depósitos e uma cozinha adequada pra armazenar esses alimentos. É obrigação do Governo fazer as reformas nesses depósitos e cozinhas. O Conselheiro Samuel afirmou que em 80% das escolas as cozinhas estão inadequadas e a responsabilidade é do Governo, e ele precisa disponibilizar verbas para essas reformas; que as reformas que estão sendo feitas são com verbas parlamentares. O Conselheiro Samuel destacou, ainda, que vê com muita tranquilidade que o trabalho que vem sendo feito está correto e que em nenhum momento o CAE/DF trabalhou com *fake news*, com notícias falsas e que todas as fiscalizações são pautadas em documentos. Disse que quando fazem as fiscalizações, se tem algum produto que está inadequado, eles registram no relatório, tiram as fotos, fazem vídeos e tudo isso é anexado ao relatório. O Conselheiro Samuel relata que é complicado quando há dúvidas, quando se coloca em dúvida o trabalho deste Conselho. O Conselheiro deixou bem claro que em nenhum momento este Conselho colocou a responsabilidade nas merendeiras, até porque está bem clara a situação e que a responsabilidade é do Governo porque já está entregando esse arroz, motivo das fiscalizações nas últimas semanas, já contaminado com carunchos. Citou que ele presenciou, em uma determinada escola, uma provável contaminação cruzada, pois constatou carunchos no cuscuz, devido ao armazenamento do arroz que já estava contaminado. Neste momento a Conselheira Karla Carvalhal solicitou a palavra para fazer algumas pontuações. A Conselheira pontuou que quando um conselheiro chega à escola ele pergunta qual o funcionário da direção da escola pode acompanhá-lo na visita e, geralmente, é a diretora ou, quando a escola é grande, quando tem mais de mil alunos, ela tem uma pessoa especificamente responsável pelo recebimento e pelo acompanhamento do que está no depósito da escola. Então, falando sobre isso ela disse que foi identificado pelos conselheiros que já estavam visitando escolas quando surgiu a primeira matéria, que foi no Gama, sobre as larvas no prato. A Conselheira Karla disse que tem uma percepção de algumas pessoas que a larva pode estar no arroz e quando o arroz é aquecido a larva eclode e pode-se visualizar no prato a minhochinha. Ou seja, já tinham sido identificados pelos conselheiros os lotes: 141, 260 e 270 de arroz armazenados nas escolas visitadas, fato comprovado por fotos das fiscalizações realizadas. A Conselheira Karla informou, também, que ao fazer o levantamento dos contratos da Agricultura Familiar se observa que há cerca de dez regiões que não estão contempladas nos contratos e que são mais de vinte contratos. Então, ela pergunta ao Conselheiro Ivan Engler como entender essa diferença. Citou, em seguida, que ao visitar uma determinada escola de alunos pequenos, o freezer estava lotado de feijão e que então, perguntou por que estavam armazenando feijão dentro do freezer e disse que a diretora respondeu que depois que passou a armazenar certos alimentos, que tem em quantidade no depósito, dentro do freezer ela não teve mais problemas com a contaminação por carunchos. A Conselheira Karla seguiu dizendo que como o Conselheiro Samuel ponderou, existe sim escola em que não existe ventilação dentro dos depósitos e que isso é de responsabilidade do Governo, da SEEDF de fiscalizar em que condições aquilo que ela compra é entregue e é armazenado na escola que é da responsabilidade da SEEDF. Não existe como se passar a responsabilidade para a merendeira, quando na verdade as merendeiras são responsáveis apenas por executar a merenda dentro da cozinha, não tem nada a ver com a armazenagem, tanto que não é a merendeira que acompanha a visita. A Conselheira Karla finalizou dizendo que a pauta dos conselheiros é verificar o que acontece, como acontece e de que forma os alimentos saem da SEEDF e chegam às escolas. Que espaço tem para receber o gênero alimentício e quanto tempo aquele gênero vai ficar ali, enfim, é uma série de questionamentos nos riscos, onde a responsabilidade é da SEEDF, que é a responsável pelas escolas, pelos prédios e pela execução desse programa que é pago pelo PNAE. Com a palavra o Conselheiro Ivan respondeu à Conselheira Karla, informando que para eclodir, tem que haver temperatura ambiente e umidade favoráveis, se colocado dentro do freezer o ovo, com certeza, não irá eclodir. O Conselheiro informou que só vai virar caruncho se já houver o ovo dentro do alimento e que esse ovo é colocado antes do

arroz ser empacotado, é quando ele ainda está no armazém, que é quando vem a mariposa e coloca o ovo dentro do arroz. Depois esse arroz vai para a beneficiadora onde é descascado, polido ou parboilizado, mas só que ovo já está lá dentro e daí vão para o pacote. Então tendo temperatura e umidades favoráveis esse ovo eclode e vira o caruncho dentro do pacote do arroz. Prosseguiu, então, explicando sobre as Coordenações Regionais de Ensino, informou que são treze regionais onde são entregues e consideram as regionais menores englobadas a outras maiores. Por exemplo, a que ele entrega (Sobradinho), tem Sobradinho I e Sobradinho II, mas lá só tem uma regional de ensino que é a de Sobradinho e assim acontece em outros lugares. Agora tem a Regional Administrativa de Arapoanga, mas lá não tem regional de ensino, então é a de Planaltina que engloba a região de Arapoanga. O Conselheiro, então, perguntou se a resposta atendeu à Conselheira Karla e a mesma respondeu que mais ou menos. A Conselheira Karla explicou que, na verdade, ao pegarem os contratos o que interessa ao CAE/DF é verificar se a quantidade comprada em toneladas reproduz no prato a quantidade nutricional que é definida no cardápio e que, ao analisar os contratos, ela viu que tem regional administrativa que nem consta na relação dos contratos, tem escolas que também não estão na lista. Em seguida, o Presidente Paulo Roberto retomou a palavra e comentou que nas escolas que ele visitou, os responsáveis relataram queixas sobre a qualidade dos produtos da Agricultura Familiar, que em uma escola relataram o exemplo da goiaba e da banana que vinham em péssimas condições, mas que, muitas vezes se devolvessem a empresa não fazia a reposição do gênero recusado. Então, o Presidente Paulo Roberto reforçou que essa era uma questão que os demais precisam verificar a qualidade dos gêneros entregues e pediu ao Conselheiro Ivan que desse uma atenção ao fato, que o mesmo como Presidente de uma grande cooperativa orientasse sobre a qualidade dos gêneros. Com a palavra, o Conselheiro Ivan explicou que, muitas vezes, trata-se da forma de manejo, disse que a cooperativa dele, ao buscar a goiaba no produtor, leva as caixas já para depois não ter que virar ao trocar as frutas de caixas, disse que as marcas pretas que aparecem é devido ao manejo. Sobre as bananas, o Conselheiro Ivan explicou que é uma questão da SEEDF, disse que as cooperativas entregam os gêneros na segunda-feira e se for observado vão ver que nos cardápios colocam a banana para sexta-feira e que, então, a fruta não aguenta esperar, que se trata de mau planejamento dos cardápios. O Conselheiro Ivan, inclusive, já solicitou a mudança do dia da semana que ele faz as entregas, mas a SEEDF não aceitou. Assim, o que acontece é que as próprias merendeiras antecipam o cardápio para não perderem as frutas. O Conselheiro Ivan explicou, ainda, que as questões climáticas têm interferido muito; disse que estão tendo dificuldades para plantar e as altas temperaturas também não conservam os alimentos por muito tempo nas escolas e antecipou a todos acerca do alto aumento dos preços dos alimentos nos mercados nos próximos meses. Com a palavra, o Conselheiro Denivaldo explicou que talvez ele não tenha se expressado direito e que em momento nenhum questionou os demais conselheiros, pelo contrário, até elogiou o trabalho realizado, até porque o mesmo não tem autoridade para isso e não realizou nenhuma fiscalização e que, então, ele não iria questionar a fiscalização de nenhum dos demais. Ponderou que só fez algumas indagações e que depois das colocações dos colegas ele entendeu suas indagações, mas que ele queria esclarecer ao Conselheiro Samuel que acha que o problema é num todo, não vem lá de cima da Secretaria, do Governo não. O Conselheiro Denivaldo afirmou que “vem também de baixo” porque se já está saindo do depósito com caruncho, se vem da ponta assim, ao chegar à escola o gestor tem que verificar a condição do produto e ele faz parte do todo, faz parte da rede e é tão responsável quanto o de lá de cima. O Conselheiro Denivaldo ponderou que inclusive o gestor tem obrigação de fazer questionamento sobre a condição do depósito da escola e questionar em documento, informar que não tem condição de armazenar tal produto porque pode dar problema, afirmou que o gestor não deixa de ser responsável não. O Conselheiro Denivaldo prosseguiu dizendo que ele pensa assim e que inclusive tem-se que verificar de onde estão vindo as verbas parlamentares e do PDAF pra reformar as escolas e verificar o quê aquele gestor estabeleceu como prioridade dentro da escola; o Conselheiro Denivaldo diz achar que o depósito da merenda tem que ser uma delas e que eles como CAE/DF têm que exigir isso. A Conselheira Karla solicitou a palavra ao Presidente Paulo Roberto e lembrou que na escola do Guará, desde o dia 07 o diretor mandou para a SEEDF o documento pedindo para a SEEDF

recolher o arroz e a Secretaria não recolheu. Então tem a uma questão aí que sempre passa pela SEEDF e passa por aquilo que se chama logística, administração e gestão. Então, o Conselheiro Denivaldo perguntou se isso é excepcionalidade ou se acontece sempre. Ao que a Conselheira Karla respondeu que existem outras questões em que as escolas mandam ofício para a SEEDF fazer alguma coisa e a Secretaria não faz, então existe uma questão que sempre parte da SEEDF. Com a palavra, o Conselheiro Samuel disse ao Conselheiro Denivaldo que entendeu a colocação dele, mas mesmo assim ele não coloca a responsabilidade nas escolas por dois motivos: primeiro porque quando vem lá do depósito com algum problema, como o Conselheiro Denivaldo sabe, a dinâmica das escolas é bem corrida, então quando se recebe os alimentos para guardar, muitas vezes, não se tem a mínima condição de se olhar minimamente pacote por pacote, geralmente se dá uma olhada geral e vai guardar, mas a orientação é clara, assim que se é identificado algum problema o gênero é retirado do depósito e é informado à SEEDF solicitando a troca, e assim é feito. Continuou dizendo que em todos esses problemas do arroz identificados pelas direções das escolas, assim que foi identificado, mesmo após ter sido preparado, até porque algumas vezes foi identificado pelos alunos, imediatamente o gênero foi retirado do depósito e em outras antes mesmo de preparar as escolas fizeram a identificação no depósito e solicitaram o recolhimento desse produto. Segundo ponto: o dinheiro do PDAF não é para fazer reformas, até porque é tão pouco, que é para fazer pequenos reparos nas escolas e para a compra de materiais pedagógicos. “O dinheiro do PDAF não dá para fazer reformas. Então, o Governo é que tem que destinar verbas específicas para reformar as nossas cozinhas e depósitos”. E o Conselheiro Samuel voltou a afirmar que “80% das cozinhas e depósitos precisam de reformas”. O Presidente Paulo Roberto retomou a palavra e também explicou ao Conselheiro Denivaldo que, como os demais já haviam dito, no dia 07 detectou-se na escola o arroz com problema, no dia 10 eles foram ao depósito central e tinham 12 toneladas de arroz do lado de fora, ou seja, já haviam detectado que o arroz estava contaminado por carunchos e larvas lá no depósito e a SEEDF não alertou as escolas sobre essa questão para elas tomassem as providências de retirarem o arroz do depósito das escolas e não servi-lo para os alunos. O Presidente Paulo Roberto seguiu ponderando que, quando o alimento chega às escolas, as pessoas não têm condições de verificar se aquele gênero está com problema porque chega ali e com a movimentação toda ela recebe e já coloca no depósito, não dá para se fazer essa observação se está contaminado ou não no ato da entrega, na hora do recebimento na escola. Ressaltou que nas escolas que eles foram estava tudo armazenado corretamente. O Presidente Paulo Roberto afirmou que o fato é que, ele não diz nem no dia sete, mas afirma que no dia dez quando o Conselho esteve no depósito e a SEEDF já havia detectado que o arroz estava contaminado ela já deveria ter comunicado às escolas para tomarem as providências de retirarem de seus depósitos e não servirem, e não o fez, sendo que esse seria o procedimento correto. Então, houve falha e com certeza muitas falhas ainda vão ser apontadas. Reforçou que as merendeiras não têm responsabilidade e que a SEEDF está culpando as merendeiras e está responsabilizando o CAE/DF pelas denúncias que os alunos fizeram, tanto que o Conselho recebeu três ofícios da SEEDF intimidando o CAE/DF; o Presidente Paulo Roberto, então, afirmou que isso eles não vão aceitar de maneira alguma. Disse que: “o CAE/DF não vai admitir nenhuma intimidação pela SEEDF e nem por deputado algum, porque nós estamos fazendo o nosso trabalho corretamente, estamos defendendo os nossos alunos. O Governo gasta muito com a alimentação escolar e ver no prato que o aluno está comendo larva, isso é inadmissível”. O Presidente Paulo Roberto seguiu dizendo que o arroz não deveria ter sido encaminhado para as escolas porque todo alimento que a SEEDF compra deve passar por uma avaliação, passar por um teste. E afirmou que o arroz já chegou contaminado às escolas e não vão aceitar a culpa que estão colocando nas escolas e no Conselho de Alimentação Escolar. O Presidente Paulo Roberto passou a palavra ao Conselheiro Ivan que informou aos demais que o controle de qualidade do produto quando entra no depósito é realizado por terceirizados e que não tem nenhum funcionário da SEEDF lá para verificar a qualidade do alimento. Em relação aos 03 lotes diferentes do arroz, o Conselheiro Ivan informou que, para entrarem no depósito, teria que ter 03 laudos diferentes, um laudo para cada lote de arroz. O Conselheiro explicou, também, que quando o arroz apresenta problema já nas escolas, a empresa fornecedora do arroz é quem tem que ir à escola

recolher e substituir e que isso é uma logística caríssima, que se o alimento não tem problema, a empresa só gasta com a logística de entregar no depósito porque é outra empresa que tira no depósito e entrega nas escolas. O Presidente Paulo Roberto agradeceu os esclarecimentos do Conselheiro Ivan e iniciou o **item 4 – Fala do Deputado Chico Vigilante: “Ataque a merenda escolar do DF: a verdade por detrás da falsa denúncia”**: O Presidente leu a matéria publicada nas redes sociais do Deputado Distrital Chico Vigilante e, em seguida, comentou que o Deputado atacou o CAE/DF e atacou o Presidente do CAE/DF, deu a entender que os conselheiros estavam à frente das denúncias, como se eles tivessem ido às escolas para colocar as larvas no prato dos alunos, sendo que foram os alunos que fizeram as denúncias e as reportagens trouxeram o fato à tona. O Presidente Paulo Roberto comentou que até foi uma grande surpresa para os conselheiros quando viram aquela reportagem. Afirmou que foi quando saiu a reportagem que os conselheiros começaram a fazer as fiscalizações. O Presidente Paulo Roberto disse, ainda, que a Secretária de Educação e o Secretário Executivo concordaram com a fala do deputado porque, pela gravação, em momento nenhum eles defenderam o CAE/DF. Novamente o Presidente Paulo Roberto disse que os conselheiros repudiam a nota do “que se diz deputado” e afirmou que a fala do deputado o surpreendeu porque em 2020, quando a SEEDF e o Governador queriam terceirizar a merenda escolar, esse próprio deputado os ajudou e que a merenda só não foi privatizada porque o deputado Chico Vigilante ajudou. Ou seja, em 2020 ele defendia uma merenda escolar de qualidade e agora não defende mais porque ele achou que aquilo havia sido implantado nos pratos das crianças, além de ter afirmado que nas nossas casas pode ter larvas no arroz. Aqui o Presidente Paulo Roberto seguiu dizendo que é repugnante isso o que foi falado pelo Deputado Chico Vigilante e que os conselheiros não aceitam, de forma alguma, o que foi falado. O Presidente Paulo Roberto leu a nota de repúdio criada e divulgada pelo CAE/DF. Em seguida, o Presidente Paulo comentou sobre a nota e disse que o deputado disse que visita as escolas, mas o Presidente Paulo Roberto disse achar que ele visita apenas uma escola, a escola que ele avisa que vai visitar e a SEEDF corre e deixa tudo pronto para que o deputado possa verificar. Porque as escolas que ele diz visitar têm alimento de toda variedade, tem frango, tem carne, tem frutas, legumes, tem verduras, é como ele disse no vídeo dele. O Presidente Paulo Roberto disse que é assim só na escola que o deputado visita e que nas escolas que os conselheiros visitam não é nada como o deputado apresenta no vídeo dele. Que nas escolas que os conselheiros fiscalizam falta carne e faltam os alimentos da Agricultura Familiar, os alunos reclamam que não aguentam mais comer frango. O Presidente Paulo Roberto disse ter ouvido de um aluno que o mesmo “tem até medo de criar penas de tanto frango que tem comida” e disse que é isso o que o deputado tem que verificar e que ele tem que visitar as escolas, realmente, e não visitar a escola perto da casa dele onde está tudo sempre perfeito. O Conselheiro Denivaldo pediu a palavra e seguiu afirmando não ter nenhuma procuração para defender o deputado Chico Vigilante, mas que pela matéria que ele verificou, ele fala do ataque da imprensa à merenda escolar, ele se reporta à imprensa e fez elogios às trabalhadoras da merenda escolar. O Conselheiro Denivaldo disse que o vídeo que ele viu não é exatamente como o Presidente Paulo Roberto relatou e pediu que o Presidente passasse para ele este vídeo. O Conselheiro Denivaldo disse que cabe ao CAE/DF solicitar uma reunião com o Deputado Chico Vigilante para esclarecerem isso, disse que como o Presidente Paulo relatou, no passado o Deputado ajudou a não terceirizar a merenda então ele precisa ter uma linha de entendimento com o Conselho, porque os dois são fiscalizadores, tanto o CAE quanto o Deputado Chico Vigilante. O Conselheiro Denivaldo disse achar que teve algum ruído de comunicação e que os conselheiros precisam acertar com o Deputado, que é isso que ele pensa e que vai marcar uma reunião com o Deputado e o CAE/DF para esclarecer isso porque se ele atacou o Presidente Paulo Roberto e o CAE/DF, atacou a ele Conselheiro Denivaldo também. O Presidente Paulo Roberto então disse ao Conselheiro que no vídeo o Deputado atacou o Presidente e os conselheiros e que ele mesmo quando viu o vídeo foi a pior decepção que ele, presidente, teve na vida. O Presidente Paulo Roberto falou ter achado um nojo quando viu a larva no prato dos alunos e o mesmo quando viu o vídeo do Deputado Chico Vigilante. Disse que o Deputado não pode se prestar a isso; que se ele viu as matérias na mídia ele devia apurar os fatos para depois dar a palavra dele. O Conselheiro Denivaldo insistiu novamente no agendamento

de uma reunião com o Deputado Chico Vigilante e o Presidente Paulo Roberto afirma não ter coragem de estar na presença do Deputado depois do que ele falou, disse que o Deputado não o conhece e não podia, de maneira nenhuma, falar o que falou. Em seguida, o Presidente Paulo Roberto passou a palavra à Conselheira Karla e a mesma informou que o Conselheiro Roberto Campanato, ausente por estar em aula, solicitou que fossem alertadas algumas coisas, como o fato de que desde a 4ª distribuição havia carunchos no arroz e que o Conselheiro percebeu isso visitando as escolas. O Conselheiro Roberto informou, também, que desde agosto não vem sendo entregue o macarrão nas escolas. Ponderou que deveria ser instalado um termômetro nos depósitos escolares para que fosse controlada a temperatura ambiente dos mesmos e que deveria ter ventiladores, ar-condicionado ou janelas teladas nos depósitos. A Conselheira Karla relatou que nas visitas que ela realizou esse ano (doze) pôde perceber, principalmente nas escolas rurais, que não têm janelas com telas, é um quarto com uma porta fechada com chave. A Conselheira Karla finaliza relatando que o Conselheiro Roberto ressaltou que não estava sendo realizada a troca do arroz, mas a distribuição estava normal, que as escolas, ao perceberem o caruncho no arroz, enviaram ofícios solicitando o recolhimento e a exemplo da escola que solicitou o recolhimento no dia 07 e já passava do dia 15 e o gênero ainda não tinha sido recolhido, assim foi nas demais. Em seguida, o Presidente Paulo Roberto passou a palavra ao Conselheiro Ivan e o mesmo relatou que também ficou chocada com a fala do Deputado Chico Vigilante, disse que oposição é oposição, o Conselheiro Ivan disse que conheceu o deputado na AgroBrasília e que o deputado falou sobre a vez que a Agricultura Familiar passou pelo sufoco de ter que responder ao Ministério Público até que isso fosse investigado e que o Deputado deu muito apoio. O Conselheiro Ivan lembrou aos demais que o CAE/DF deu suporte ao Deputado para subir na bancada e falar que era contra a terceirização da merenda escolar e agora o Deputado vem dizer que o CAE/DF quer terceirizar? O Conselheiro Ivan disse que a SEEDF está passando isso, dizendo que o CAE/DF está atacando eles porque querem terceirizar, o Conselheiro Ivan então disse: “vem para dentro do CAE/DF, venham junto com quem está fiscalizando”, pondera que, assim, podem ver a qualidade dos alimentos, a dificuldade que a SEEDF tem de planejamento e compra, que vai ter vários contratos vencendo agora e que ainda não têm editais. Informou que a SEEDF já está culpando a greve pela falta de contratos para o ano que vem e que o fato de não terem editais fará com que não tenham os alimentos no ano que vem. Deu o exemplo dos contratos de margarina e mussarela que eram entregues pela Agricultura Familiar, que os contratos terminaram e não fizeram novos editais, nem de empresas e nem da Agricultura Familiar e que já estão comendo o cuscuz seco, sem o queijo e sem margarina. O Conselheiro Ivan afirmou que o problema está dentro da SEEDF, mesmo porque sabem que os contratos vão acabar e não planejam a licitação para os novos contratos. Ressaltou que a SEEDF faz cotações que ninguém sabe como chegaram aos valores, que é uma equipe blindada dentro da SEEDF que define os preços e pronto, não informam como chegaram aos valores e dizem apenas que seguem as normas do FNDE, sem informar em quais mercados acharam os valores e quais os custos que foram considerados, conforme a lei determina, mas eles nem sabem da lei. O Conselheiro Ivan finalizou reafirmando que é má administração mesmo por parte da SEEDF, é falta de planejamento e que o nobre Deputado Chico Vigilante tinha que se retratar sim, porque o Conselho trabalha de graça dando o suor para defender a alimentação escolar e não defende nenhuma bandeira ou politicagem. O Presidente Paulo Roberto retomou a fala enfatizando que todos sabem o posicionamento dos conselheiros, sabem que são veementemente contra a terceirização. Disse que eles sabem que a terceirização não é viável para o DF, como não foi ou não está sendo para outros estados que terceirizaram a merenda escolar, porque não funciona. Funciona o jeito que está aqui, ela só precisa ser bem gerenciada, ter pessoas capacitadas para gerir o programa. O Presidente Paulo Roberto disse que é falta gestão, como ele já disse várias vezes. O Presidente reforçou que essa forma de terceirizar nunca passou pelo CAE/DF dizendo que o Conselho aceita a terceirização. “Não, nós não aceitamos a terceirização porque sabemos que ela não funciona”, palavras do Presidente Paulo, que continua explicando que o que é preciso é gestores para gerir a merenda escolar, gestores que saibam comprar, que saibam quando é hora de fazer um pregão e que não deixem para fazer o pregão, a licitação na hora que está acabando o contrato, porque é sabido que não se faz um pregão,

uma licitação da noite para o dia, e isso não é aceitável de maneira nenhuma. O Presidente Paulo Roberto falou, ainda, que falta gestão e que ele não sabe se a Secretária ou se o Secretário Executivo estão vendo essa questão da merenda escolar. Disse não saber o meio que eles usam para realizar as compras, para fazer licitação e como o Programa realmente funciona, “mas o Conselho de Alimentação Escolar não aceita a terceirização, assim como não aceitou em 2020 quando o Governo Ibaneis quis fazer a terceirização e o CAE/DF não aceitou, lutou de todas as maneiras até que esqueceram essa questão de terceirização”. O Presidente Paulo Roberto afirmou estar vendo agora esse assunto sair da boca de quem era contra em 2020 passando para o pessoal e que ele já está achando que a própria SEEDF está querendo a terceirização e tá jogando essas questões aí para que todos captem e venham a fazer essa terceirização. O Presidente Paulo Roberto reforçou que em momento nenhum o CAE/DF tratou ou vai tratar de terceirização. Afirmou que estão jogando essa fala aí e ele não sabe de onde surgiu, mas de algum lugar surgiu, e não foi do Conselho de Alimentação Escolar. Nesse momento a Conselheira Karla pede a palavra e fala sobre a publicação da Lei 14734, publicada em 23 de novembro de 2023, pela Casa Civil da Presidência da República e que vem a substituir a Lei 11947, tratando do fornecimento de recursos financeiros para os conselhos de alimentação escolar do país. Então, o Presidente Paulo Roberto prosseguiu falando que com o aumento dos valores destinados à alimentação escolar e agora com a publicação de mais essa lei fortalecendo os conselhos vê-se que “o Governo Federal quer ver uma merenda escolar digna no prato dos nossos alunos, mas parece que a nossa Secretaria de Educação não está querendo ver. Afirmou que desde agosto o CAE/DF vem lutando com denúncias e denúncias, ou seja, tem dois governos aí e não dá para entender, um está favorecendo a alimentação escolar e o outro deixando a desejar”. Com a palavra o Conselheiro Samuel Fernandes, comenta sobre a nota de ataque à merenda escolar. Iniciou dizendo que quem foi a favor da terceirização foi o Governo Ibaneis lá em 2020 e que esse Conselho de Alimentação Escolar foi contra a terceirização, que inclusive os conselheiros participaram de uma audiência pública e posicionaram-se contrário à terceirização. Prosseguiu ponderando que os alunos não estavam recebendo os alimentos da Agricultura Familiar desde o final do mês de agosto e até o início do mês de novembro e isso é fato não é mentira, e então quando recebem denúncias, muitas vezes da grande mídia, os conselheiros fazem as fiscalizações e publicizam para a SEEDF, para os órgãos de controle e para a grande mídia, pois é uma forma de chamar a atenção e fazer com que os problemas sejam resolvidos. Samuel afirmou “só para deixar bem claro esse assunto”, que os conselheiros não trabalham com *fake news*, trabalham com fatos reais e que as fiscalizações são pautadas em relatórios, em fotos e em vídeos e solicita aqui que a ata desta reunião seja redigida de forma bem detalhada e que seja anexado a mesma a Nota de Repúdio apresentada pelo CAE/DF. O Presidente Paulo Roberto aborda agora o **Item 5 – Preenchimento do formulário de fiscalização:** inicia dizendo que esse formulário é muito importante, pois é o check list e que logo no final tem a parte que o conselheiro relata o que ele está visualizando ali na sua fiscalização, na cozinha e no depósito, então é muito importante que o conselheiro faça isso, até para facilitar o trabalho da secretária executiva na hora de fazer os ofícios relatando como foi cada fiscalização. O Presidente Paulo Roberto deu exemplos do melhor jeito para detalhar as divergências visualizadas pelos conselheiros e reforçou que tem que detalhar bem porque é o quê está escrito que vai para os documentos, não podemos criar nada, o que vai para o documento, é o quê está no formulário da fiscalização e, novamente, o Presidente solicitou que todos se atentem a essa questão. Neste momento, o Presidente Paulo Roberto passou a palavra ao vice-presidente Kleber Ribeiro, que relatou ter prestado atenção em tudo que foi dito e acha infeliz a fala do Deputado Chico Vigilante, que a fala foi desrespeitosa para com o Presidente do CAE/DF e também para com os demais conselheiros, até porque ele foi à mídia fazer os comentários sem, sequer, conhecer a personalidade de cada conselheiro. O Vice-presidente Kleber disse achar que nenhum conselheiro do CAE/DF tem vínculo político e os que têm é devido às suas atuações profissionais, citou os conselheiros que são sindicalistas e prosseguiu ponderando que o Deputado não pode ir à mídia e deturpar a moralidade de qualquer conselheiro que seja, nem do Presidente e nem dos demais conselheiros. Reforçou que é bem nítido que os conselheiros que estão fazendo esse serviço, voluntário, são pessoas de extremo

respeito e dignidade. E que, por isso, acha que isso foi uma infelicidade do Deputado e que é difícil os conselheiros não se irritarem, o próprio Vice-presidente disse ter ficado muito irritado com o que escutou e com o que viu. Afirmou que se ele estivesse presente certamente teriam um embate muito forte, “porque quem é ele para falar da dignidade de qualquer conselheiro do CAE/DF”. O vice-presidente Kleber pontuou que realmente a relação com a SEEDF está muito complicada, que tem visto que as fiscalizações são feitas e ofícios encaminhados e as respostas sempre vêm de forma a empurrar para um lado, empurrar para o outro, mas a resposta conclusa como os conselheiros pedem nunca aparece. Disse que a SEEDF deixa muito a desejar, tanto a Secretária de Educação Hélvia quanto o Secretário Executivo Isaías; o vice-presidente acredita que a Secretária Hélvia deveria ir a público e também repudiar a fala do Deputado Chico Vigilante, afinal de contas ela conhece esse trabalho do CAE/DF há muitos anos e, o que hoje vem acontecendo (as denúncias), infelizmente é o que vem acontecendo nas escolas. Os alunos, os pais e outras pessoas estão denunciando e que não vê sentido no fato de a Secretária de Estado de Educação não se pronunciar ou tentar demonstrar onde está o erro, ou pelo menos falar em consertar esse erro, mas ninguém fala nada, não se tem resposta. O CAE/DF nunca tem resposta da SEEDF referente aos casos que são trazidos e todos os ofícios estão aí com fotos, com relatórios. O vice-presidente Kleber disse ficar muito decepcionado ao ver que “algumas pessoa fazem do serviço público sua casa” e, assim, fica complicado para se ver um país melhor, vendo que lá em cima eles não estão nem aí, os filhos deles estão em escolas particulares, estão fora do país, enquanto a grande maioria segue passando dificuldade. O vice-presidente Kleber ressaltou que muitos alunos da SEEDF só têm essa alimentação, porque muitas vezes nas suas casas não tem o que comer. Essa refeição tem que ser de qualidade, não podemos aceitar esse tipo de situação vindo da SEEDF. O vice-presidente Kleber afirmou que a SEEDF sim, é a culpada e que ele concorda plenamente com o Conselheiro Samuel e com os outros conselheiros no sentido de que não tem a quem culpar, pois a culpada é a SEEDF, é ela que tem que acompanhar. Disse ver problemas gravíssimos nas compras, parece que não sabem comprar, compram em excesso, não sabem comprar solicitando meses para a indústria entregar, para as empresas entregarem esses alimentos e aí colocam um monte de alimentos num lugar só, como as 12 toneladas de arroz, que não tiveram armazenamento correto e é inadmissível esse tipo de situação. O vice-presidente Kleber, então, parabenizou os conselheiros por estarem realizando as fiscalizações e disse que eles não podem aceitar esse tipo de posicionamento da SEEDF e nem de qualquer deputado, disse que o Deputado Chico Vigilante foi o primeiro e se vierem outros a falar coisas inadequadas os conselheiros têm que partir pra cima e demonstrar que existem vários indícios de irregularidades tanto nas compras como nas distribuições e isso é evidente, é claro e então eles não podem aceitar todas essas acusações vindas ao Conselho de Alimentação Escolar. Em seguida, elogiou o trabalho da Conselheira Karla, dizendo que ela é muito competente e é uma estudiosa, todo o trabalho de análise dela é fundamentado, é embasado nos estudos, nas leituras e nas pesquisas que ela faz. Novamente disse que os conselheiros não podem aceitar isso da SEEDF e que ele acha realmente que precisam jogar um pouco mais pesado quando se vêm falar da moralidade do Conselho de Alimentação Escolar. Disse que foi uma falta de respeito extrema, primeiro do Deputado Chico Vigilante e posteriormente, tanto da Secretária Hélvia quanto do seu Secretário Executivo, Isaías, que não foram capazes de defender o CAE/DF ao longo de um trabalho do ano todo, sem dizer sobre os outros anos em que aconteceu pandemia e o CAE/DF não parou, mesmo sem nenhum dos conselheiros receberem nada. Finalizou registrando que entende a indignação, a raiva e chateação dos conselheiros ao verem um Deputado ou uma Secretária de Educação não serem capazes de defender pessoas que trabalham de graça para o Governo. Afirmou que é de entristecer saberem que este Governo que está aí, não só este, não pensa na população, não pensa nas crianças, não pensa no desenvolvimento do país e que vamos continuar um país de terceiro mundo a partir desse tipo de posição de políticos e de quem está na força do poder público, infelizmente vai ser assim. O vice-presidente Kleber também pontuou que o fato de terem poucas fiscalizações é porque os conselheiros não recebem condições para fazer mais, afirmou que ele não vai tirar dinheiro do próprio bolso para fazer fiscalização e que ele acha que os demais também não podem fazer isso, que eles precisam é trabalhar na questão do transporte sem

que a SEEDF tenha que ser informada de quando e onde farão as fiscalizações e que é direito dos conselheiros fazer as fiscalizações sem avisar antes e que o papel deles é apontar as irregularidades e ajudar na solução, mas não do jeito que está que, para solicitar o carro, tem que informar antes para onde vão, que assim está tudo errado e eles não podem aceitar. E já com essa lei nova eles vão cobrar do poder público, do Governador e dos deputados para que venha verba para o CAE/DF e que possa regularizar a questão do carro, ou do TáxiGov e a própria legislação e assim tentar fazer com que os conselheiros tenham condições de realizarem mais fiscalizações, sem ficar com medo de pegar o TáxiGov, sem tirar dinheiro do próprio bolso porque com isso ele não concorda, concluiu o vice-presidente Kleber Ribeiro. Novamente com a palavra o Presidente Paulo Roberto falou que de fato, vem acontecendo tudo o que vem acontecendo e a SEEDF nunca chamou o CAE/DF para conversar e que é muito complicado e difícil para os conselheiros aceitarem isso. Disse que na SEEDF estão todos mobilizados para vir questionar o trabalho dos conselheiros como aconteceu no CAE/DF, quando apareceu uma servidora e os tratou de uma forma que não foi legal, eles não conseguiram falar e ela também não, isso porque ela estava achando que realmente os conselheiros são culpados pelo que vem acontecendo e então... “o CAE é culpado pelas compras mal feitas, pela distribuição mal feita, pela larva no prato dos alunos, o CAE é culpado porque as escolas estão com os freezers lotados de frango, culpado porque as crianças estão comendo cuscuz puro”? Perguntou o Presidente Paulo Roberto; em seguida falou que é fácil você culpar o CAE, mas quem realmente faz a gestão do programa, acha que está tudo certo com a SEEDF e então, isso é muito preocupante e não dá para aceitar. Nesse momento o vice-presidente Kleber falou que eles precisam reformular a maneira como as atas são construídas, estão muito extensas e que na reunião do dia seguinte trataria sobre isso com os demais e agradeceu a todos os presentes. Em seguida, o Presidente Paulo Roberto, já finalizando, agradeceu e parabenizou a todos pelo trabalho que vem sendo feito mesmo com tanta dificuldade, ressaltou que esse trabalho tem que estar representado nos pratos dos alunos e que aquele prato com larvas não representa o CAE, não representa as pessoas íntegras, não representa os conselheiros que saem de manhã e voltam para casa no fim do dia gastando do seu dinheiro para fazer as fiscalizações. O Presidente Paulo Roberto ressaltou que dinheiro tem para comprar a alimentação escolar e cabe à SEEDF rever seus procedimentos e rever a sua gestão para fazer um trabalho digno, “o dinheiro que está sendo gasto tem que ter retorno no prato dos alunos”. O Presidente Paulo agradeceu a presença de todos e declarou encerrada às 17h03 a 223ª Reunião Ordinária do CAE/DF. Assinam eletronicamente esta ata os presentes:

Adriana Cruz Vaz (Sociedade Civil - ACELBRA-DF);

Paulo Roberto Ferreira da Silva (Sociedade Civil - ACELBRA-DF);

Karla Lustosa de Mello Carvalhal (Sociedade Civil - OSB-DF);

Ivan Engler (Sociedade Civil – Agricultura Familiar);

Thiago Ferreira Dias (Pais de alunos – ASPA)

Denivaldo Alves do Nascimento (SAE/DF)

Samuel Fernandes da Silva (SINPRO-DF), e

Cleide Cortez Cirilo (Secretária Executiva CAE/DF)



Documento assinado eletronicamente por **KLEBER RIBEIRO DOS SANTOS, RG n.º 2032082 - SSP-DF, Usuário Externo**, em 24/01/2024, às 12:12, conforme art. 6º do Decreto n.º 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO FERREIRA DA SILVA, RG nº 724468 SSP- DF, Usuário Externo**, em 24/01/2024, às 14:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Cruz Vaz, RG n.º 1174845 - SSP-DF, Usuário Externo**, em 24/01/2024, às 14:49, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Karla Lustosa de Mello Carvalho, RG n.º 2298035 - SSP-DF, Usuário Externo**, em 24/01/2024, às 17:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **IVAN ENGLER, RG nº.1425351- SSP - DF, Usuário Externo**, em 27/01/2024, às 07:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SAMUEL FERNANDES DA SILVA - Matr.0219324-8, Professor(a) de Educação Básica**, em 27/01/2024, às 07:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO FERREIRA DIAS - RG n.º 2211574 - SSP/DF, Usuário Externo**, em 31/01/2024, às 13:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CLEIDE CORTEZ CIRILO - Matr.0210406-7, Secretário(a) Executivo(a) do Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal**, em 13/03/2024, às 10:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=131913943)
verificador= **131913943** código CRC= **63677F83**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Shopping ID, SCN, Qd. 06, Conjunto A, Edifício Venâncio 3.000, Bloco B, 9º andar - Bairro Asa Norte - CEP 70716-900 - DF

Telefone(s):

Sítio - www.se.df.gov.br

ATAQUE A MERENDA ESCOLAR DO DF:

A VERDADE POR DETRÁS DA FALSA DENÚNCIA

DEPUTADO: FRANCISCO DOMINGOS DOS SANTOS

Tem um ponto hoje por isso que pedi para falar antes da secretária que está me preocupando bastante é o ataque que tá sendo feito a merenda escolar, e eu conversei isso com Isaías, **isso tem alguém interessado nesse ataque**, a merenda escolar que é servida no Distrito Federal não é a que a Globo **mostra né aí arruma um pratinho com uma larva de arroz que até na nossa casa de repente você vê lá** aí aparece como que aquilo seja a merenda que é servida o para as crianças por que não vão na segunda-feira na escola pra ver o que que as escolas estão recebendo eu visito muitas escolas e confesso que eu fico super feliz quando eu vejo a entrega da merenda escolar e verificar que ali naquela entrega fazendo parte daquela entrega tem milhares de trabalhadores rurais que estão na produção de alimento da compra local pra fazer com que a merenda tenha qualidade aí você tem abóbora tem batata doce tem alface tem banana tem laranja tem melão tem tudo teve um dia secretária cheguei numa escola e tava uma merendeira com um monte de era uma serra de abacaxi aí eu perguntei que que você vai fazer esse tanto de abacaxi ela disse não eu tô preparando esses abacaxis vou descascar ele daqui a pouco vou colocar na panela vou cozinhar pra fazer um creme de abacaxi para as minhas crianças que é assim que elas tratam as crianças das escolas **portanto elas não merecem o ataque que tá sendo feito a elas são profissionais da mais alta qualidade**

preparando alimentos de qualidade portanto aquele senhor que se diz presidente do Conselho de Alimentação Escolar não tem o direito de fazer os ataques que ele tá fazendo e se tá fazendo o ataque que ele tá fazendo tem endereço porque querem efetivamente a terceirização da merenda escolar no Distrito Federal nós denunciemos isso e tivemos a felicidade da Hélvia assumir a secretaria porque tava um esquema que envolve cerca de um bilhão de reais já tinha passado pelo Paraná por São Paulo e Santa Catarina mostrando um rastro de corrupção que aquilo poderia acontecer no Distrito Federal tenho dialogado muito com Isaías sobre isso portanto é preciso que os professores diretor de todos todos e todas todos nós estejamos unidos no sentido da gente não permitir que venha essa terceirização para o Distrito Federal é continuar sendo as compras do jeito que são feito a merenda do jeito que é cada vez com mais qualidade mas não aceitar o ataque que estão fazendo desqualificando a mão de obra não é que ele desqualifica as merendeiras e por consequência bota na cabeça das pessoas de que tem que terceirizar e a terceirização a gente sabe que será nociva para os alunos e para a economia local portanto não podemos permitir que isso aconteça em hipótese nenhuma e aí não tem partido nesse caso eu posso criticar o governo em outras coisas mas nessa não a gente não pode pegar isso como bandeira pra atacar o governo não é correto não é correto tem outros motivos pra gente criticar o governo agora não pode criticar pelo que tá correto pelo que dá certo e a merenda deu certo e a gente tem que fazer com que ela continue efetivamente acontecendo aqui no Distrito Federal



Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal

NOTA DE REPÚDIO
Brasília 23 de Novembro de 2023

O Conselho de Alimentação Escolar - CAE/DF - órgão colegiado, de natureza fiscalizatória e deliberativo junto as instituições da rede pública de ensino do Distrito Federal manifesta veemente repúdio à atitude do Deputado Distrital Chico Vigilante que publicou em suas redes sociais o vídeo intitulado "ATAQUE A MERENDA ESCOLAR DO DF: A VERDADE POR DETRÁS DA FALSA DENÚNCIA" no qual ataca a atuação deste Conselho.

1. Cabe esclarecer que o exercício do mandato dos conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante e não é remunerado.
2. Este Conselho é um órgão apartidário, sem cargos comissionados indicados para o Governo, bem como, para as Empresas que mantêm contratos administrativos com o GDF.
3. Fomos e somos contrários à terceirização da alimentação escolar, pois acreditamos que o prato deve ser balanceado e conter todos os nutrientes necessários para o bom desenvolvimento físico e intelectual de nossos jovens. Acreditamos na importância do convívio com as merendeiras, do aroma da comida pelos corredores, e na certeza de que a merenda estará no prato no horário correto.
4. Nos cardápios montados pela Secretaria de Educação que deveriam ser servidos aos estudantes já há a substituição e adaptação de gêneros alimentícios por falta e/ou atraso na entrega destes itens. O CAE está acompanhando mais essa deficiência, para que não prejudique ainda mais os estudantes.
5. Grande parte dos estudantes ficou sem frutas, legumes e verduras por quase dois meses em sua dieta, pois a SEEDF não renovou o contrato com a Agricultura Familiar em tempo, deixando de beneficiar mais de 500 famílias que vivem da Agricultura Familiar no Distrito Federal.
6. É de suma importância ressaltar que o CAE atua principalmente a partir de Denúncia da Comunidade Escolar, sendo dever desse colegiado ir in loco, apurar e fiscalizar a execução do Programa de Alimentação Escolar. Sempre embasado em evidências e provas devidamente registradas, de maneira a garantir uma alimentação adequada aos alunos da rede pública de ensino do DF.
7. Este Conselho atua de forma transparente, como rege a legislação, e toda vez que é questionado sobre a Alimentação Escolar no DF, pela mídia de qualquer natureza, não pode e não faltará com a verdade dos fatos. Ainda, cabe lembrar que a imprensa é livre no Brasil!
8. Para que possam exercer com maestria seu papel de relevante interesse público, e desse modo garantir o controle social e a participação da sociedade civil nas ações desenvolvidas pelo poder público, os conselhos devem atuar com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo local.



Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal

9. Dessa maneira, este Conselho não admitirá nenhuma intimidação, coação, perseguição ou qualquer outra repreensão que prejudique ou interfira no desenvolvimento de suas ações estabelecidas por lei.

10. Convidamos o excelentíssimo deputado a se juntar a nós nas fiscalizações, em busca de promover uma alimentação escolar adequada, balanceada e de qualidade aos mais de 500 mil estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

PAULO ROBERTO FERREIRA DA SILVA

Presidente do Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal